



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA

TERMO DE REFERÊNCIA
(DISPENSA ELETRÔNICA – Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021)

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Aquisição de LED Driver 24W, 100-240V;50/60Hz, tensão de saída 70-80V, corrente de saída 300m A e Luminárias LED de embutir quadrado 24W, 6500k, 30x30 para substituir as atuais luminárias que chegaram ao fim da vida útil nos diversos ambientes do imóvel sede da Procuradoria da República no Município de Redenção - PA (Escritório de Representação). Os materiais deverão considerar as exigências dispostas na especificação dos itens, possuírem reconhecida qualidade, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Quantitativos estimados: Os quantitativos abaixo demandados foram estimados a partir do levantamento in loco em atividade de prevenção e manutenção predial.

Item	Descrição	Quant. (Unidade)	Valor Unitário (R\$)	Valor Unitário (R\$)
01	LED Driver 24W:100-240V;50/60Hz; tensão de saída 70-80V; corrente de saída 300mA	30	R\$ 19,48	R\$ 584,40
02	Luminária Led embutir quadrado 24W, 6500k, 30x30	30	R\$ 41,27	R\$ 1.238,10

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação se enquadra na categoria de bens/serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usais de mercado.

2.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.2.1 O presente termo destina-se a análise da contratação de empresa para fornecimento de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA

LED Driver 24W e Luminária Led embutir quadrado 24W, 6500k, 30x30 para substituição dos itens que finalizaram sua vida útil e regular funcionamento, visto que, a iluminação dos ambientes internos do prédio sede da Procuradoria da República no Município de Redenção PA, é essencial para o bom andamento dos trabalhos. Ademais, a PRM-Redenção não dispõe em estoque o material desta pretendida aquisição, razão que torna imprescindível a compra.

2.3. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, demais normas internas e externas e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta envolve a aquisição de LED Driver 24W e Luminária Led embutir quadrado 24W, 6500k, 30x30, para atender demanda da sede da Procuradoria da República em Redenção (Escritório de Representação), em substituição às lâmpadas e led driver defeituosos, proporcionando melhoria no ambiente de trabalho e permitindo ao público interno condições mínimas de conforto, com maior eficiência energética.

3.2. Os materiais a serem adquiridos pela contratação na modalidade de Dispensa Eletrônica com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2001, junto a fornecedores no mercado local, regional e nacional, enquadram-se como comuns/serviços, de que trata a citada norma, por possuírem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.3. A nota de empenho de despesa detalhará as regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, conforme expresso no art. 95 da Lei 14.133/2001.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. No caso das Luminária de LED se faz necessário o Selo do INMETRO de eficiência, no mínimo, na classificação B conforme portaria INMETRO Portaria nº 144, de 13 de março de 2015; Os materiais sejam preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA

4.1.2. As Luminária de LED deverão possuir marcação, etiqueta, número de série ou outra forma de identificação que determine o lote a que pertencem, de forma a viabilizar o acompanhamento da vigência da garantia de cada unidade.

4.1.3. É indispensável que os produtos sejam de boa qualidade, seguindo rigorosamente a descrição informada.

4.2. Subcontratação: não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Sustentabilidade:

4.3.1 A contratação deverá obedecer, no que couber, ao disposto no Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, no Decreto nº 6.087, de 20 de abril de 2007, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 de 19 de janeiro de 2010, o disposto no Decreto 7.746/12 de 5 de junho de 2012 e a Lei n. 12.305/2010 referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.3.2. No caso das Lâmpadas se faz necessário o Selo do INMETRO de eficiência, no mínimo, na classificação B conforme portaria INMETRO Portaria nº 144, de 13 de março de 2015; Os materiais sejam preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.4. Amostras: Poderão ser solicitadas amostras, folders/catálogos dos materiais cotados, sem ônus para a PR-PA (PRM-REDENÇÃO).

4.5. Garantia: O objeto da presente contratação terá a garantia de, no mínimo, 01 (um) anos, a contar do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante se o prazo for superior, dentro do qual a CONTRATADA substituirá todo o material que venha a apresentar defeitos de fabricação, sem ônus para a CONTRATANTE.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os materiais deverão ser entregues em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da ordem de fornecimento/nota de empenho.

5.1.1 O prazo da entrega, poderá ser prorrogado pelo PRM-Redenção, desde que ocorra motivo justo, devidamente fundamentado, e seja solicitado antes do prazo final, pela Contratada.

5.2. Os materiais serão entregues, em remessa única, no endereço abaixo:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA

a) Procuradoria da República no Município de Redenção (Escritório de Representação), endereço: Avenida Independência, Nº 91, Núcleo Urbano - CEP 68553055 - Redenção-PA, Responsável: Escritório de Representação, telefone (94) 98411-2651, horário de entrega: segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

5.3. O(s) fornecedor(es) contratado(s) deverá(ão) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local de entrega constantes neste Termo de Referência, no aviso de Dispensa Eletrônica (e seus anexos), acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

5.3.1 Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6 – GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de Nota de Empenho.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA

para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa e de riscos eventuais.

6.9. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.10. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado no termo de TR.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do material nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA

monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicada pela Contratada.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por dispensa de licitação (Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, a(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s) deverá(ão) observar os requisitos exigidos no Aviso de Dispensa de Licitação, que exigirá a apresentação de:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA

Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

8.3. A documentação acima poderá ser substituída pela apresentação do SICAF: Habilitação Jurídica - Nível II no SICAF;

Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal - Nível III no SICAF;

Declaração de Regularidade - Resolução CNMP 172/2017 (modelo do Anexo II deste Termo de Referência).

9 – ESTIMATIVA DO PREÇO E LEVANTAMENTO DE MERCADO

9.1. Para fins de verificação da disponibilidade orçamentária, o custo estimado total da contratação é de R\$ 1.822,50 (mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), conforme orçamento prospectado na ferramenta banco de preços, consoante ao disposto na Portaria PGR/MPU n. 100/2023, art. 2º, inc. I.

Ferramenta Banco de Preços Públicos			
Qtd	Descrição	Preço Unitário	Total
30	LED Driver 24W:100-240V;50/60Hz; tensão de saída 70-80V; corrente de saída 300mA.	R\$ 19,48	R\$ 584,40
30	Luminária Led embutir quadrado 24W, 6500k, 30x30	R\$ 41,27	R\$ 1.238,10
Somatório Total		R\$ 1.822,50	

9.2. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO.

10 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

10.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO-PA

10.2. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicara para seus prepostos dever de sigilo.

10.3. A Contratada cooperará com a contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

10.4. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido na contratação e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

Redenção - PA, na data da assinatura eletrônica.

REGINALDO DE OLIVEIRA AVELINO